

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Vitória do Xingu**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

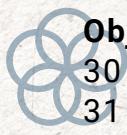
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Vitória do Xingu (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A Taxa de Pobreza em Vitória do Xingu iniciou o período analisado com 36,1% em 2019, apresentando leve queda em 2020 (34,6%), seguida de um aumento expressivo nos anos subsequentes, especialmente em 2022, quando alcançou o pico de 58,7%. Esse comportamento coincide com os efeitos socioeconômicos da pandemia, especialmente sobre populações mais vulneráveis. Em 2023, observa-se uma queda para 52,6%, indicando possível recuperação econômica ou impactos de políticas públicas compensatória (Gráfico 1).

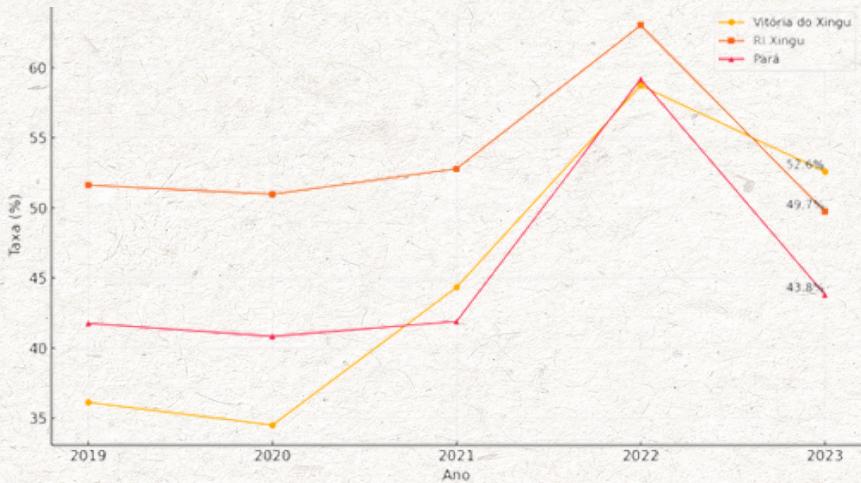


Na Região de Integração (RI) Xingu, o cenário é ainda mais acentuado. A taxa manteve-se elevada durante todo o período, oscilando entre 50,8% e 62,2%, com pico também em 2022. Apesar da queda em 2023 (para 49,7%), o índice permanece em patamar elevado, revelando uma vulnerabilidade estrutural persistente nessa região. O comportamento similar ao do município aponta para condicionantes regionais amplos que influenciam o padrão de pobreza (Gráfico 1).



O estado do Pará, por sua vez, também apresentou elevação da taxa de pobreza entre 2020 e 2022, passando de 40,8% para 59,1%. Em 2023, houve redução para 43,8%, mantendo-se, ainda assim, acima dos níveis observados no início da série. Comparativamente, o Pará demonstrou uma evolução menos abrupta do que Vitória do Xingu e RI Xingu, o que pode refletir a maior diversidade econômica e a presença de políticas redistributivas em escala estadual (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No caso de Vitória do Xingu, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais apresentou queda gradual entre 2019 (47,9%) e 2022 (40,4%), culminando em um valor alarmante de 0% em 2023. Esse dado sugere ou um erro de registro ou uma descontinuidade drástica nos investimentos públicos em áreas básicas, o que pode ter relação direta com a persistência da alta taxa de pobreza observada. Tal queda representa um possível colapso na capacidade de provisão de políticas públicas no município (Gráfico 2).

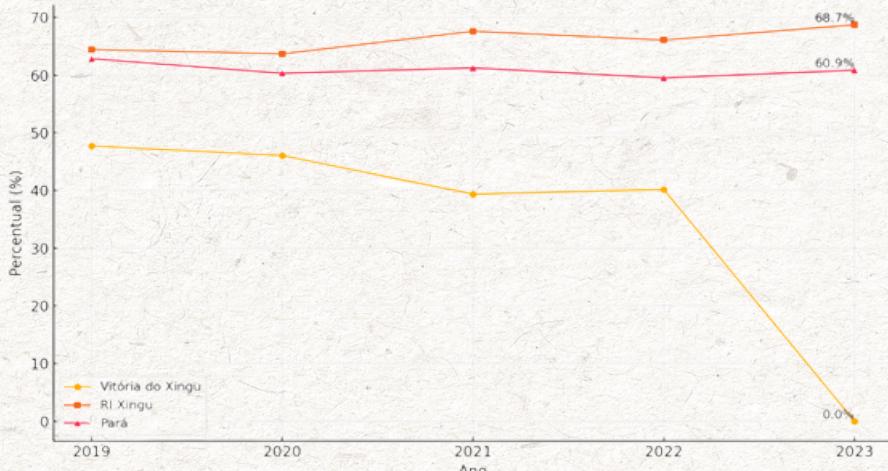
Na Região de Integração Xingu, a trajetória é mais estável, mantendo-se entre 63% e 68% durante todo o período. Em 2023, o percentual chegou a 68,7%, o maior da série, o que indica, em contraste com o município, uma relativa priorização dos serviços essenciais por parte da gestão regional. Essa estabilidade pode ter mitigado impactos negativos mais profundos da pobreza nessa escala territorial (Gráfico 2).

O estado do Pará manteve seus investimentos em serviços essenciais em um patamar próximo de 60% ao longo

dos anos, variando entre 59,2% e 62,4%. A consistência nos percentuais demonstra comprometimento institucional com áreas prioritárias, como saúde, educação e assistência social. Embora os efeitos dessas despesas nem sempre se reflitam imediatamente nos indicadores sociais, sua manutenção é essencial para enfrentar a pobreza de maneira sustentada (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Vitória do Xingu, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou variações significativas ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 6,9%, registrando queda acentuada em 2020 para 4,8%, o menor valor da série. Contudo, a partir de 2021, observou-se um aumento expressivo, atingindo 8,4%, e embora tenha havido uma leve redução em 2022 (7,7%), o indicador voltou a subir em 2023 para 8%. Essa oscilação pode refletir instabilidades na oferta e qualidade do pré-natal, nas condições nutricionais maternas ou no registro dos dados (Gráfico 3).

Na Região de Integração Xingu, os dados indicam certa estabilidade, iniciando com

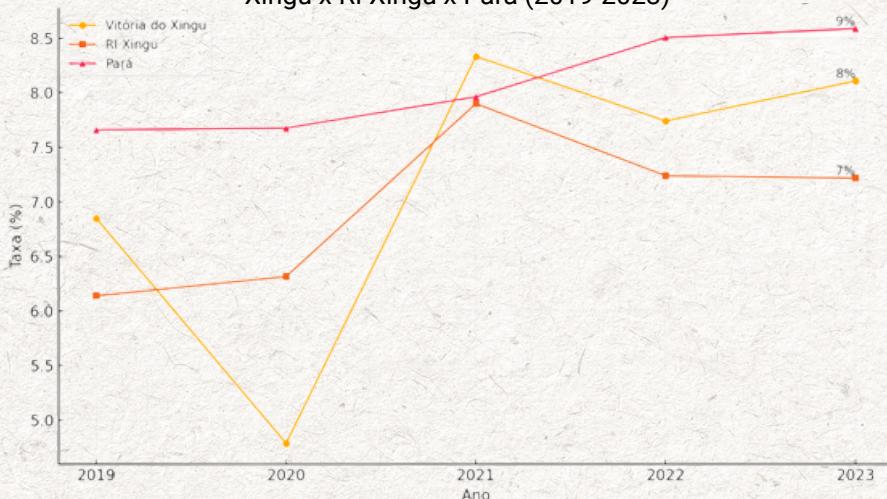
6,2% em 2019 e encerrando com 7% em 2023. Apesar de um crescimento acentuado entre 2020 (6,3%) e 2021 (7,9%), observa-se queda nos anos seguintes. Esse comportamento sugere que, mesmo com oscilações, a região conseguiu manter o controle relativo sobre o problema, provavelmente por meio de ações de atenção básica e políticas de saúde pública implementadas regionalmente (Gráfico 3).

No estado do Pará, os valores foram sistematicamente superiores aos do município e da região, partindo de 7,7% em 2019 e chegando a 9% em 2023. A curva de crescimento foi mais suave, mas contínua, o que sugere um agravamento gradual da situação.

Esse cenário pode indicar um desafio estrutural para a saúde materno-infantil em nível estadual, com necessidade de ampliação de ações preventivas, especialmente entre as populações em maior vulnerabilidade socioeconômica (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

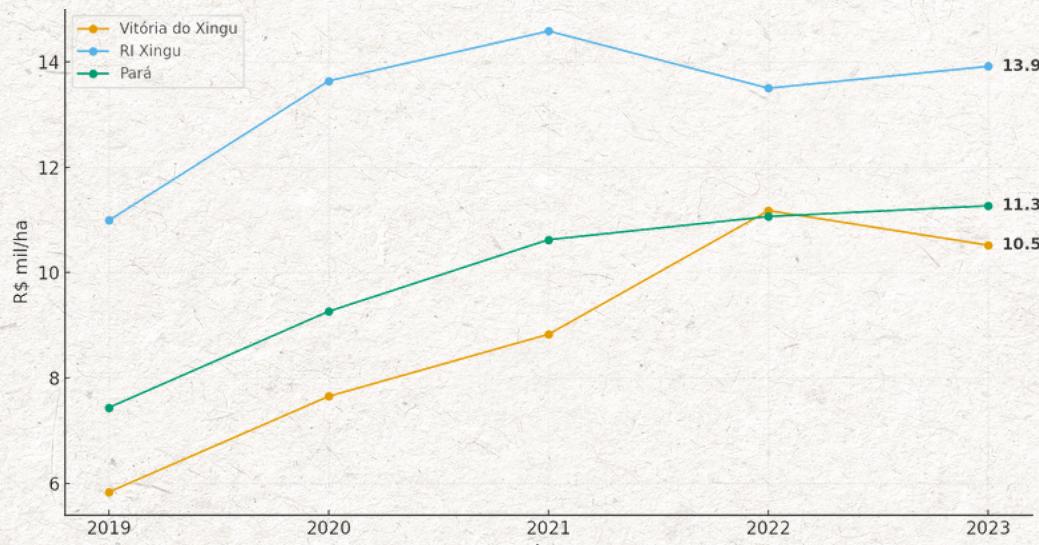


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Vitória do Xingu apresentou trajetória de crescimento moderado na produtividade agrícola, seguida de leve recuo. Em 2019, o valor era de R\$ 5,9 mil/hectare e subiu para R\$ 7,7 mil/ha em 2020, refletindo uma melhora gradual na eficiência produtiva. Em 2021, o índice alcançou R\$ 9,0 mil/ha, e em 2022 atingiu o pico de R\$ 11,1 mil/ha, demonstrando avanço expressivo em relação ao início da série. No entanto, em 2023 houve retração para R\$ 10,5 mil/ha, sugerindo possíveis oscilações ligadas ao clima ou a ajustes nas áreas de cultivo. Mesmo assim, o município manteve tendência positiva em relação ao período inicial (Gráfico 4).

A Região de Integração Xingu apresentou evolução de R\$ 11,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 13,9 mil/ha em 2023, com leve oscilação após 2021. Já o estado do Pará manteve crescimento constante, saindo de R\$ 7,4 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo intervalo. A comparação mostra que Vitória do Xingu, embora abaixo das médias regional e estadual no início da série, aproximou-se gradualmente do desempenho estadual em 2022, antes de um leve recuo em 2023. O resultado indica avanços significativos em produtividade e eficiência técnica, reforçando o potencial de consolidação do município no contexto agrícola regional (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Vitória do Xingu, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande oscilação ao longo do período. Em 2019, registrava 8,2 óbitos por mil nascidos vivos, número que pouco variou em 2020. Contudo, em 2021, houve um salto expressivo para 17,8, o que pode estar relacionado a falhas na cobertura de saúde materno-infantil ou aos impactos diretos e indiretos da pandemia de COVID-19. A partir de 2022, verifica-se uma queda significativa para 9,7, com leve aumento para 13,7 em 2023, demonstrando instabilidade na qualidade da atenção básica e nos serviços de saúde neonatal (Gráfico 5).

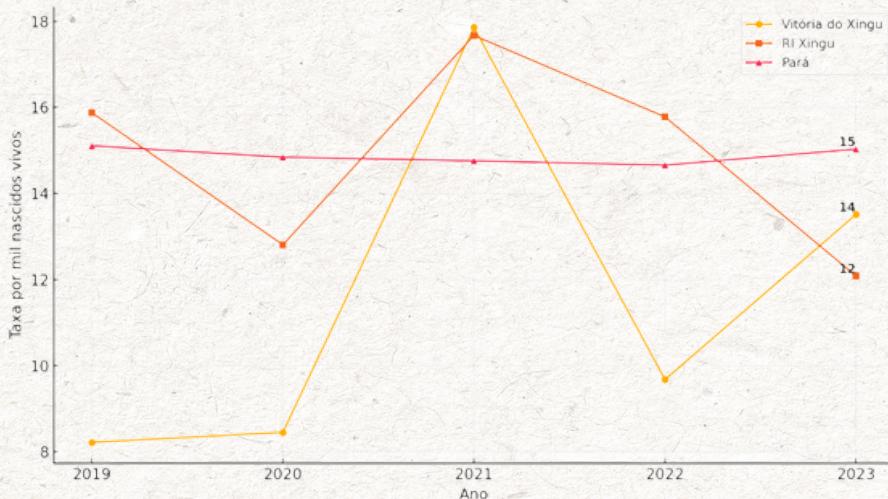
Na Região de Integração Xingu, a taxa inicia em 15,9 em 2019, decrescendo em 2020 (12,9), mas retorna ao patamar elevado de 17,4 em 2021, espelhando o padrão observado no município. Após esse pico, há uma queda sucessiva, chegando a 12,1 em 2023. A RI apresenta uma tendência de melhora nos dois últimos anos, o que pode refletir esforços regionais de reestruturação dos serviços de saúde após o impacto da pandemia, embora ainda permaneça acima de indicadores ideais (Gráfico 5).





O estado do Pará apresentou estabilidade no indicador, com taxas entre 14,8 e 15 ao longo de todo o período analisado. A ausência de grandes variações sugere uma maior uniformidade no acesso e na qualidade da saúde infantil em nível estadual. Ainda que os valores estejam abaixo dos registrados na RI Xingu e próximos dos de Vitória do Xingu em 2023, o dado revela a necessidade de reforço contínuo das políticas de saúde preventiva e do acompanhamento gestacional e neonatal em áreas mais vulneráveis (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

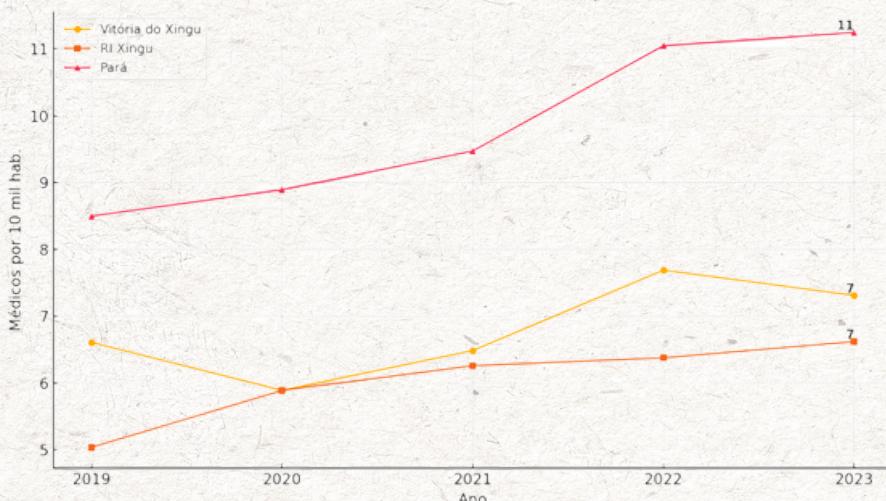
Em Vitória do Xingu, o número de médicos por 10 mil habitantes iniciou o período com 6,6 em 2019, apresentou queda em 2020 (5,9), mas retomou crescimento contínuo até 2022, quando atingiu 7,7. Em 2023, houve uma leve retração para 7,0, mantendo-se, porém, acima do patamar inicial. Essa trajetória revela um esforço local de ampliação da cobertura médica, ainda que a oscilação aponte para dificuldades de retenção de profissionais ou variações nos vínculos contratuais no sistema público de saúde (Gráfico 6).

Na Região de Integração Xingu, o crescimento foi mais suave, partindo de 5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e alcançando 7,0 em 2023. Essa evolução demonstra melhoria gradual da disponibilidade de profissionais de saúde, embora em patamar ainda inferior ao ideal. A evolução constante sinaliza políticas regionais voltadas à interiorização de médicos e fortalecimento da rede pública, mas que ainda enfrentam limitações estruturais (Gráfico 6).



O estado do Pará apresenta os melhores índices no indicador, com trajetória de crescimento contínuo, saindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11,2 em 2023. Essa evolução reflete investimentos mais robustos em saúde pública, maior capacidade de atração de profissionais para os centros urbanos e políticas estaduais de ampliação da atenção básica e especializada. Apesar da média estadual elevada, é importante observar as disparidades intrarregionais que persistem, como evidenciado pelos números inferiores na RI e no município analisado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Vitória do Xingu apresentou uma redução constante no número de vagas no ensino público por mil habitantes entre 2019 e 2023. Em 2019, o município contava com 327 vagas por mil habitantes, mas esse número caiu para 285 em 2023. A queda gradual nos anos intermediários sugere um possível desalinhamento entre o crescimento populacional e a expansão da oferta de vagas, ou ainda uma redução direta na capacidade das escolas locais, o que pode impactar negativamente o acesso à educação, especialmente nas etapas iniciais da formação (Gráfico 7).

Na Região de Integração Xingu, a evolução do indicador foi mais estável, com leve

crescimento até 2021 (de 267 para 271 vagas por mil habitantes) e pequena queda em 2022, culminando em 246 vagas em 2023. Apesar da trajetória menos acentuada em relação ao município, o dado final de 2023 ainda indica uma retração preocupante na capacidade educacional da região, sinalizando a necessidade de políticas voltadas à expansão da rede pública e à recuperação da infraestrutura educacional (Gráfico 7).

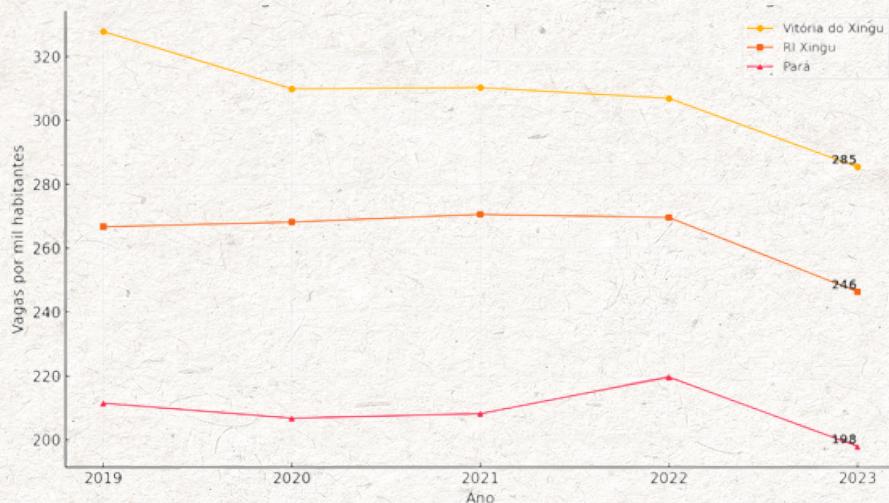
No estado do Pará, os valores foram mais baixos ao longo de todo o período, iniciando com 212 vagas por mil habitantes em 2019 e finalizando com 198 em 2023. A variação foi moderada, mas persistente.



O comportamento revela uma estagnação preocupante no avanço da oferta educacional proporcional à população. Essa tendência indica possíveis gargalos estruturais e orçamentários, que demandam planejamento estratégico para garantir o acesso universal e adequado à educação básica (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 285 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Vitória do Xingu apresentou um avanço notável no percentual de escolas com acesso à internet, partindo de 52% em 2019 e atingindo 100% em 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o indicador saltou de 52% para 84%, sinalizando um esforço municipal significativo para promover a digitalização das unidades escolares, provavelmente impulsionado pelas demandas do ensino remoto durante a pandemia. A universalização do acesso em 2023 representa um marco importante de inclusão digital na educação local (Gráfico 8).

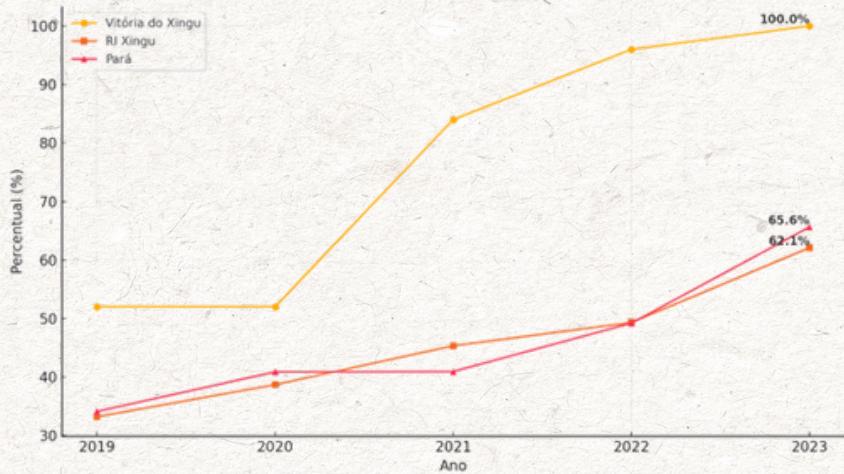
Na Região de Integração Xingu, a progressão também foi consistente, passando de 33,7% em 2019 para 62,1% em 2023. Embora o crescimento tenha sido mais gradual, o aumento de quase 30 pontos percentuais demonstra que a região também avançou no processo de conectividade escolar, apesar de ainda não ter alcançado a totalidade das instituições. O ritmo de evolução indica esforços regionais, ainda que insuficientes para alcançar patamares ideais de acesso pleno à internet nas escolas (Gráfico 8).

No estado do Pará, o com-

portamento foi semelhante ao da região, com o indicador partindo de 33,5% em 2019 e atingindo 65,6% em 2023. O crescimento contínuo sugere políticas públicas estaduais voltadas à ampliação da infraestrutura tecnológica no ambiente escolar. Ainda assim, o fato de mais de um terço das escolas ainda não possuírem acesso à internet em 2023 evidencia desafios logísticos e orçamentários para garantir inclusão digital universal, especialmente em áreas rurais e periféricas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Vitória do Xingu, o indicador de violência contra a mulher por parceiros permaneceu zerado entre 2019 e 2021, o que pode indicar subnotificação ou ausência de registros oficiais. A partir de 2022, observa-se crescimento significativo, com 12 casos por 100 mil habitantes, e em 2023 esse número dobra, atingindo 24. A súbita elevação sugere um possível aumento na denúncia e visibilidade do tema, ou, alternativamente, um agravamento real da situação de violência doméstica, exigindo a intensificação de políticas públicas de enfrentamento e proteção às mulheres (Gráfico 9).

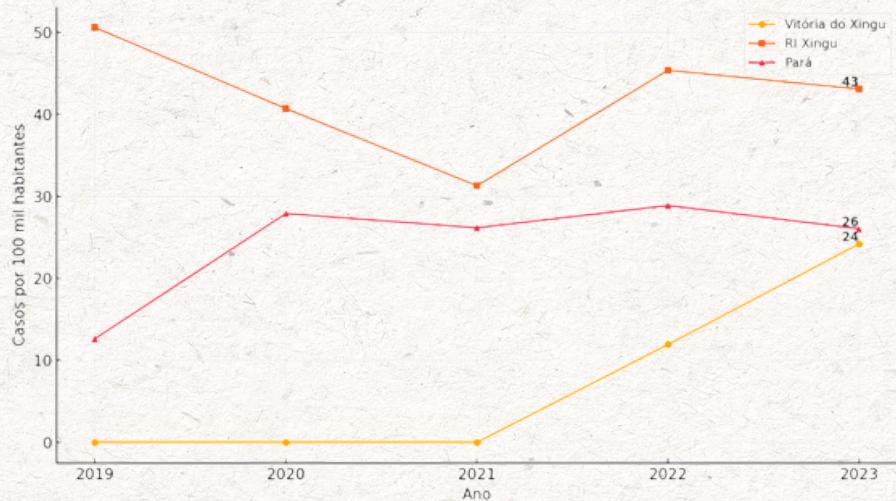


Na Região de Integração Xingu, a taxa apresentou trajetória decrescente entre 2019 (50,4) e 2021 (31,5), seguido de elevação para 45,6 em 2022 e leve redução para 43 em 2023. Apesar das oscilações, os valores permanecem elevados ao longo de todo o período, demonstrando a persistência de um problema estrutural relacionado à violência de gênero. Isso evidencia a necessidade de ações contínuas de prevenção, acolhimento e responsabilização dos agressores em nível regional (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

No estado do Pará, houve um aumento expressivo entre 2019 (12,8) e 2020 (28,1), com estabilidade relativa nos anos seguintes, variando entre 26 e 29 casos por 100 mil habitantes. Esses dados sugerem que a violência contra a mulher se consolidou como uma preocupação estadual relevante, com índices que indicam a necessidade de ampliar redes de proteção, fortalecer os canais de denúncia e intensificar campanhas educativas voltadas à igualdade de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Vitória do Xingu, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou uma oscilação acentuada ao longo do período. Em 2019, era de 39,6%, saltando abruptamente para 60% em 2020, o maior valor da série, o que pode refletir políticas locais de valorização da liderança feminina ou flutuações conjunturais no mercado de trabalho. Após esse pico, o índice recuou progressivamente até atingir 47,3% em 2023, ainda assim mantendo-se acima do ponto de partida e demonstrando uma presença relevante de mulheres em posições de liderança (Gráfico 10).



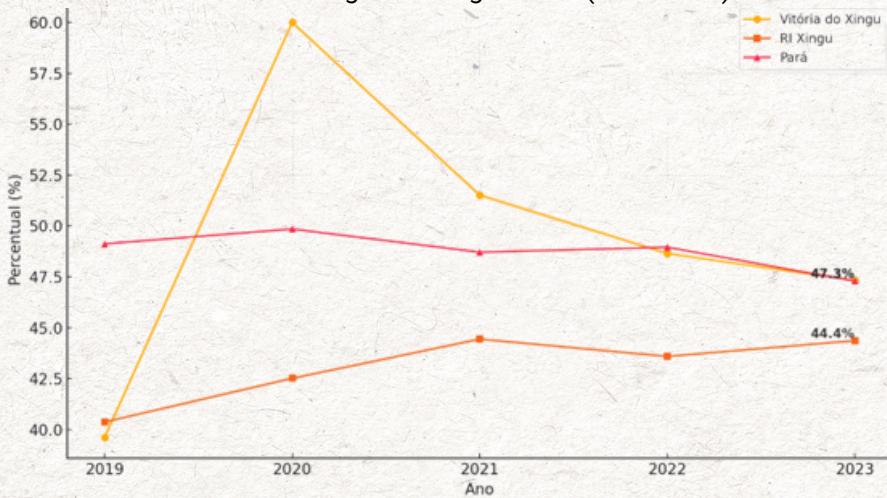


Na Região de Integração Xingu, o indicador variou entre 40,4% e 44,4%, com tendência de crescimento moderado. A evolução foi contínua entre 2019 e 2021, mas apresentou uma leve oscilação nos dois anos seguintes. Ainda que a participação feminina esteja em expansão, a RI apresenta um nível inferior ao observado no município e no estado, revelando a necessidade de avanços mais expressivos em igualdade de gênero no acesso a posições gerenciais em diferentes setores econômicos da região (Gráfico 10).

O estado do Pará manteve um percen-

tual relativamente estável e superior à média da RI, oscilando entre 48,7% e 47,3% entre 2019 e 2023. A leve queda no último ano indica que, embora a presença feminina em cargos de liderança tenha se consolidado em níveis equilibrados, ainda persiste a necessidade de ações estruturais que garantam a continuidade do progresso, especialmente nos setores historicamente masculinizados. O dado revela um avanço importante no estado, mas que precisa ser ampliado para abranger também recortes territoriais e raciais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Vitória do Xingu, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se estagnado entre 2019 e 2021 em apenas 1,1%, valor extremamente baixo. Em 2022 houve um leve aumento para 1,4%, seguido por nova queda para 1,2% em 2023. Essa trajetória demonstra ausência de avanços significativos no acesso a serviços de saneamento básico para a população mais vulnerável do município, revelando uma lacuna crítica de políticas públicas nesse setor (Gráfico 11).

Na Região de Integração Xingu, o indicador apresentou crescimento constante, partindo de 5,3% em 2019 para 11,9% em 2023. Embora ainda esteja distante de níveis ideais, a tendência de alta demonstra uma ampliação contínua dos serviços de coleta de esgoto para a população de baixa renda, possivelmente refletindo investimentos regionais em infraestrutura sanitária e programas sociais voltados à universalização do saneamento (Gráfico 11).

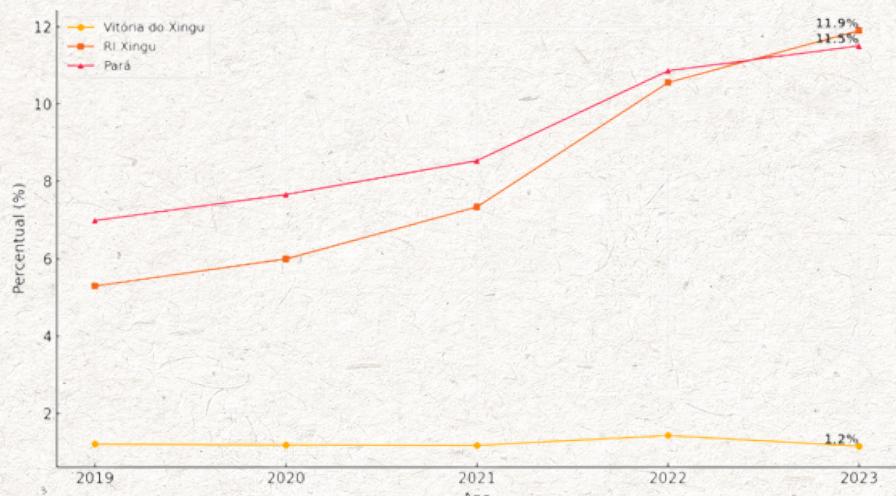
O estado do Pará também mostrou evolução positiva,

com aumento de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. A progressão consistente ao longo do período evidencia políticas públicas estaduais voltadas à inclusão sanitária de populações em situação de pobreza. Apesar do crescimento, o percentual ainda é reduzido, indicando que o desafio do saneamento básico no Pará permanece significativo, especialmente considerando as desigualdades territoriais que afetam as regiões mais afastadas e urbanisticamente precárias (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Vitória do Xingu, o gasto municipal per capita com saneamento básico foi nulo em 2019 e 2020, aumentando para R\$ 162 em 2021 e atingindo o pico de R\$ 524 por habitante em 2022. Contudo, em 2023, o valor voltou a zero. Esse comportamento extremamente volátil indica ausência de continuidade nas políticas públicas de saneamento, com investimentos concentrados em um único ano e descontinuidade imediata, o que compromete os resultados de médio e longo prazo em infraestrutura e qualidade de vida (Gráfico 12).

Na Região de Integração Xingu, os valores mantiveram-se baixos ao longo de todo o período, com ligeira elevação

de R\$ 30 em 2019 para R\$ 49 em 2023. A trajetória indica investimentos limitados e pouco expressivos por parte dos municípios da região, o que pode estar relacionado a restrições orçamentárias ou à baixa priorização da área de saneamento básico. Ainda que o crescimento tenha sido gradual, os valores absolutos revelam um cenário de subfinanciamento estrutural (Gráfico 12).

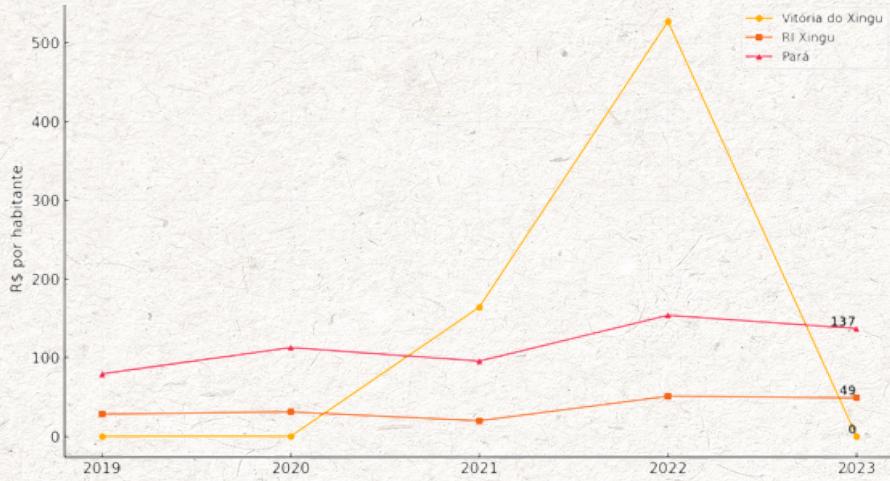
O estado do Pará apresentou patamares mais elevados e uma evolução positiva nos gastos per capita, com aumento de R\$ 80 em 2019 para R\$ 137 em 2023, apesar de pequenas flutuações no período. A trajetória sinaliza um comprometimento maior por parte

do estado em relação ao financiamento do saneamento básico, ainda que os níveis de investimento não sejam suficientes para atender à demanda existente. O dado reforça a importância da manutenção de políticas públicas continuadas e regionalmente integradas para garantir avanços sustentáveis no setor (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Vitória do Xingu iniciou 2019 com um consumo per capita de energia elétrica bastante elevado, acima de 2.900 kWh por habitante, valor muito superior ao das demais regiões analisadas. No entanto, esse consumo caiu drasticamente em 2020, chegando a cerca de 1.260 kWh/hab., e continuou diminuindo até 2021. A partir de 2022, houve uma leve recuperação, atingindo 1.089 kWh em 2023. Essa forte oscilação pode estar relacionada a mudanças estruturais no setor produtivo local, migração populacional, ou alterações na metodologia de cálculo (Gráfico 13).

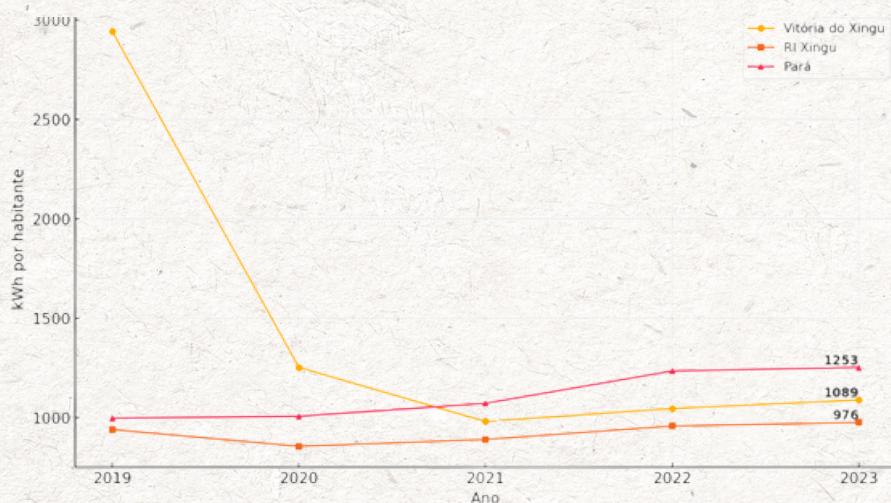


Na Região de Integração Xingu, os dados revelam um padrão de crescimento contínuo, embora mais modesto. O consumo caiu entre 2019 e 2020, de aproximadamente 950 para 860 kWh/hab., mas retomou a trajetória de crescimento nos anos seguintes, alcançando 976 kWh em 2023. Isso sugere um processo gradual de melhoria no acesso e uso da energia elétrica, possivelmente vinculado à expansão da rede, aumento da urbanização e crescimento econômico regional (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo apresentou

crescimento constante ao longo dos cinco anos, saindo de aproximadamente 1.000 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Essa evolução reflete a expansão do acesso à energia elétrica e maior integração dos domicílios e setores produtivos à rede de distribuição. A tendência positiva pode indicar avanços em infraestrutura energética e aumento da demanda residencial e industrial, fortalecendo a perspectiva de desenvolvimento econômico no estado (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.089 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Vitória do Xingu apresentou um crescimento no percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil ao longo do período, saindo de 1,4% em 2019 para 2,2% em 2023. Essa tendência vai na contramão do esperado, pois indica que mais famílias passaram a depender de fontes de iluminação não conectadas à rede elétrica, como querosene ou lamparinas, o que pode sinalizar desigualdades no acesso à energia e fragilidade na expansão da infraestrutura elétrica para populações vulneráveis (Gráfico 14).



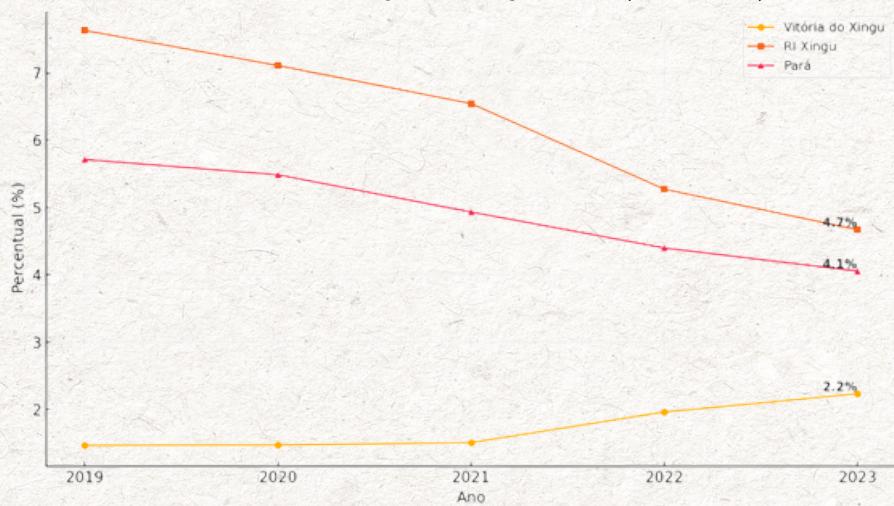
Na Região de Integração Xingu, o indicador apresentou tendência de queda, passando de 7,6% em 2019 para 4,7% em 2023. Essa redução contínua indica avanços importantes na substituição de fontes de energia precárias por energia elétrica, refletindo a eficácia de políticas públicas ou investimentos privados em eletrificação rural e em comunidades de baixa renda. Mesmo com essa melhoria, os níveis ainda são elevados, o que evidencia a necessidade de continuidade e ampliação dos esforços (Gráfico 14).

O estado do Pará também

apresentou queda no percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil, indo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. A redução, embora menos acentuada do que na RI Xingu, aponta para uma trajetória de melhora no acesso à energia elétrica entre os mais pobres. Ainda assim, a persistência de mais de 4% da população nessa condição evidencia um desafio estrutural que requer políticas de inclusão energética, com foco em universalização da rede e uso de fontes sustentáveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Vitória do Xingu apresentou uma trajetória oscilante no número de empregos formais por mil habitantes. O indicador iniciou o período com 77 empregos por mil habitantes em 2019, caiu para 68 em 2020 e atingiu o menor valor em 2021 (66). A partir de então, houve uma recuperação significativa, chegando a 71 em 2022 e, finalmente, a 86 em 2023. Esse comportamento sugere que o município foi impactado negativamente pelos efeitos econômicos da pandemia, mas conseguiu se recuperar de maneira expressiva nos anos seguintes, possivelmente por meio de retomada de atividades produtivas ou incentivos locais ao emprego formal (Gráfico 15).

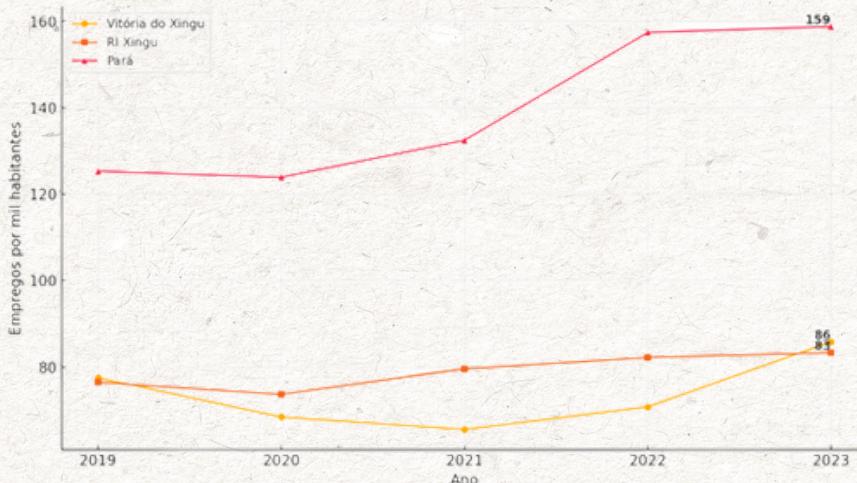
Na Região de Integração Xingu, o indicador apresentou maior estabilidade e desempenho mais favorável ao longo do período. Partindo de 77 empregos por mil habitantes em 2019, a RI teve uma leve queda até 2020 (73), mas retomou o crescimento já em 2021, alcançando 83 em 2023. Essa trajetória consistente indica que, em nível regional, os impactos econômicos adversos foram menos intensos e a recuperação do mercado formal de trabalho ocorreu de forma mais precoce e sustentável, possivelmente refletindo a presença de setores econômicos resilientes e maior diversidade produtiva (Gráfico 15).

O estado do Pará apresentou o melhor desempenho entre os três níveis analisados. O indicador ini-



ciou com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se relativamente estável até 2020, e cresceu fortemente a partir de 2021, alcançando 159 em 2023. Essa evolução indica um processo de formalização contínuo e robusto, impulsionado possivelmente por investimentos em infraestrutura, crescimento industrial, e políticas de incentivo ao emprego com carteira assinada. A diferença entre o estado e os demais recortes territoriais também revela disparidades estruturais no mercado de trabalho, com Vitória do Xingu e sua RI em situação ainda distante da média estadual (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



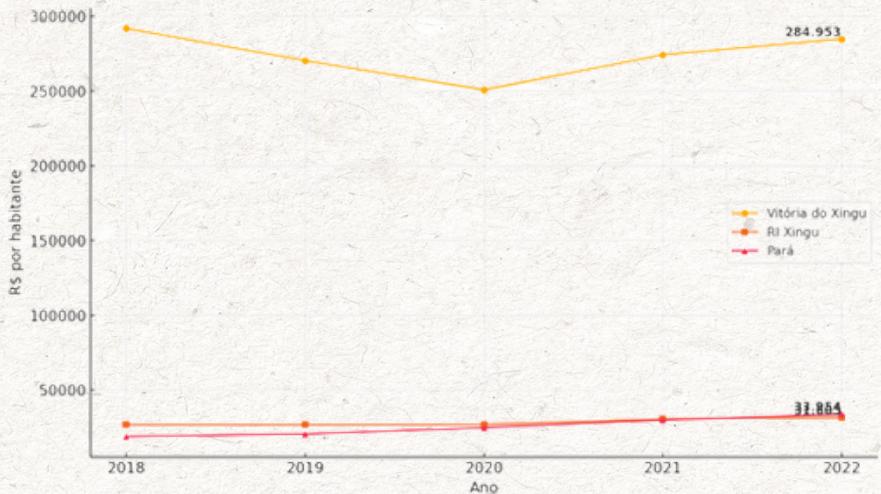
Na Região de Integração Xingu, o indicador se manteve relativamente estável de 2018 a 2020, com valores em torno de R\$ 27 mil por habitante, e passou a crescer de forma mais consistente a partir de 2021, alcançando R\$ 31.605 em 2022. Ainda que distante dos

valores de Vitória do Xingu, esse crescimento revela um fortalecimento econômico regional, provavelmente impulsionado pela presença de polos produtivos e integração com áreas de maior dinamismo, como o próprio município (Gráfico 16).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou comportamento similar ao da RI Xingu, com crescimento gradual do PIB per capita ao longo do período. Partindo de aproximadamente R \$ 19 mil em 2018, o estado atingiu cerca de R \$ 34 mil por habitante em 2022. Esse avanço indica um processo de



Gráfico16 - PIB per capita, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 284.953/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Vitória do Xingu, o valor adicionado da indústria representa a maior parte da composição do PIB ao longo de todo o período analisado, mantendo-se acima de 90%. O indicador começou em 92,2% em 2018, com leve queda até 2020, quando registrou 90,3%. Essa estabilidade elevada revela uma altíssima dependência da atividade industrial para a geração de riqueza no município, com destaque provável para o setor energético, dada a presença da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Gráfico 17).

Na Região de Integração Xin-

gu, observa-se uma tendência inversa. O valor adicionado da indústria iniciou o período em 48,2% do PIB em 2018, com declínio contínuo até 2022, quando chegou a 33,3%. Esse movimento pode indicar uma reconfiguração da estrutura produtiva regional, com redução relativa da atividade industrial e possível crescimento de outros setores, como o comércio, os serviços públicos ou a agropecuária. A queda pode também refletir a concentração industrial excessiva em poucos municípios da RI (Gráfico 17).

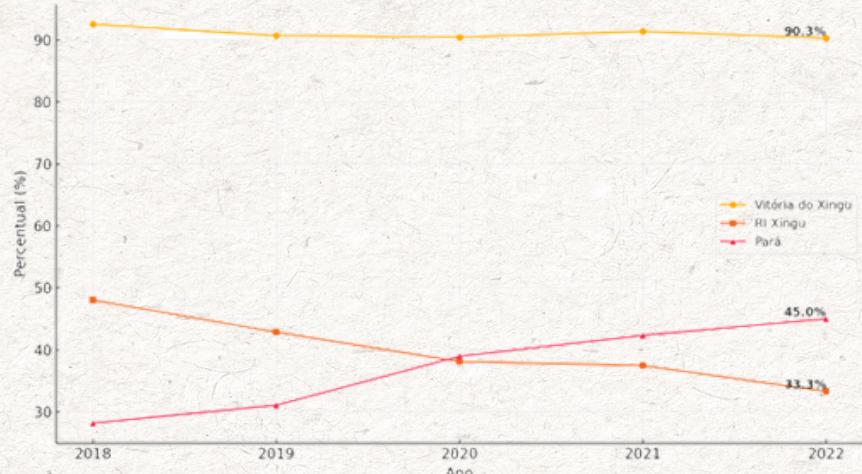
O estado do Pará, diferente-

mente da RI Xingu, apresentou crescimento progressivo da participação da indústria no PIB. Em 2018, o percentual era de 28,1%, alcançando 45% em 2022. Esse crescimento revela uma intensificação da atividade industrial em escala estatal, associada à mineração, siderurgia e energia. O avanço indica maior diversificação e fortalecimento da base industrial do Pará, com impactos positivos na geração de empregos, receitas públicas e incremento da cadeia produtiva (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Vitória do Xingu apresentou um comportamento oscilante no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. Em 2019, o indicador era de 11,5, caindo para 9,7 em 2020. A partir daí, houve uma leve recuperação, com pequenos avanços até atingir 13 profissionais por 100 mil habitantes em 2023.



Na Região de Integração Xingu, o indicador também apresentou variações ao longo do período, com um pico em 2021, quando alcançou 12,6 profissionais por 100 mil habitantes. No entanto, esse aumento não se sustentou nos anos seguintes, recuando para 8,9 em 2022 e encerrando 2023 com 9,8. Essa oscilação pode indicar dificuldades na retenção de profissionais qualificados ou interrupções em programas científicos regionais, além de possíveis flutuações nos registros de vínculos em áreas da ciência e tecnologia (Gráfico 18).

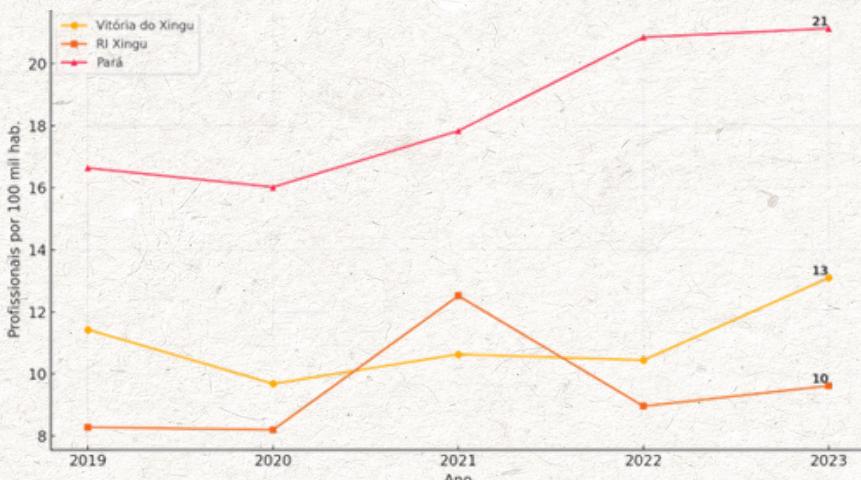
Embora modesto, esse crescimento nos últimos anos pode refletir o fortalecimento de políticas locais de incentivo à educação técnica e científica ou a ampliação de vínculos formais em atividades de pesquisa e tecnologia (Gráfico 18).





Já o estado do Pará mostrou uma tendência clara de crescimento. Em 2019, o indicador estava em 16,7 profissionais por 100 mil habitantes e subiu progressivamente até atingir 21 em 2023. Esse avanço consistente sugere um fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do estado, possivelmente relacionado à expansão das instituições de ensino superior, à interiorização de centros de pesquisa e ao aumento do investimento público em ciência e inovação. A diferença entre o desempenho estadual e os recortes regionais destaca, no entanto, a persistente desigualdade territorial no acesso e na formação de profissionais da ciência (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao ODS 10: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

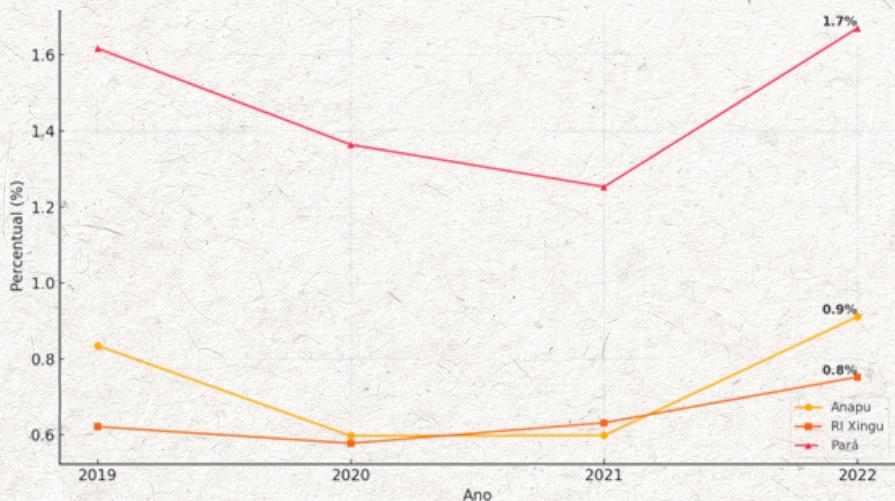
Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais em Vitória do Xingu representou uma fração extremamente reduzida do PIB municipal. O indicador variou entre 0,08% e 0,1%, evidenciando uma desconexão expressiva entre a riqueza gerada e os rendimentos formais da população. Isso sugere que o município possui uma estrutura econômica altamente concentrada em setores de capital intensivo, como a indústria energética, com pouca capacidade de distribuição de renda por meio de empregos formais (Gráfico 19).

Na Região de Integração Xin-

gu, o indicador apresenta patamar superior ao do município, embora ainda baixo em termos relativos. A massa salarial formal oscilou entre 0,58% e 0,76% do PIB no período analisado. A leve tendência de crescimento entre 2020 e 2022 pode estar associada à expansão do emprego formal em segmentos produtivos regionais, ainda que a proporção permaneça aquém do desejável para promover maior inclusão econômica. A RI reflete, assim, uma economia regional que distribui melhor a renda que Vitória do Xingu, mas ainda limitada em escala (Gráfico 19).

No estado do Pará, observa-se o melhor desempenho entre os três recortes, com o indicador variando de 1,25% a 1,70% do PIB. Apesar da queda inicial entre 2019 e 2021, há uma recuperação significativa em 2022, atingindo o maior valor da série. Isso pode indicar a retomada de atividades econômicas com geração de postos formais de trabalho e valorização dos salários. Ainda que o percentual também seja modesto, ele revela um maior equilíbrio entre produção econômica e remuneração formal em nível estadual, especialmente se comparado aos níveis municipal e regional (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Vitória do Xingu apresentou uma trajetória inicialmente ascendente no acesso à telefonia móvel, saltando de 53,8 linhas por 100 habitantes em 2019 para 92,9 em 2021. Essa expansão significativa pode ser atribuída ao avanço da cobertura de sinal, ao barateamento de planos e à ampliação do uso de dispositivos móveis, sobretudo durante a pandemia. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma queda acentuada, com o indicador recuando para 70,7 e, depois, para 68 em 2023, possivelmente refletindo instabilidades na infraestrutura, migração populacional ou reconfiguração de planos ativos (Gráfico 20).

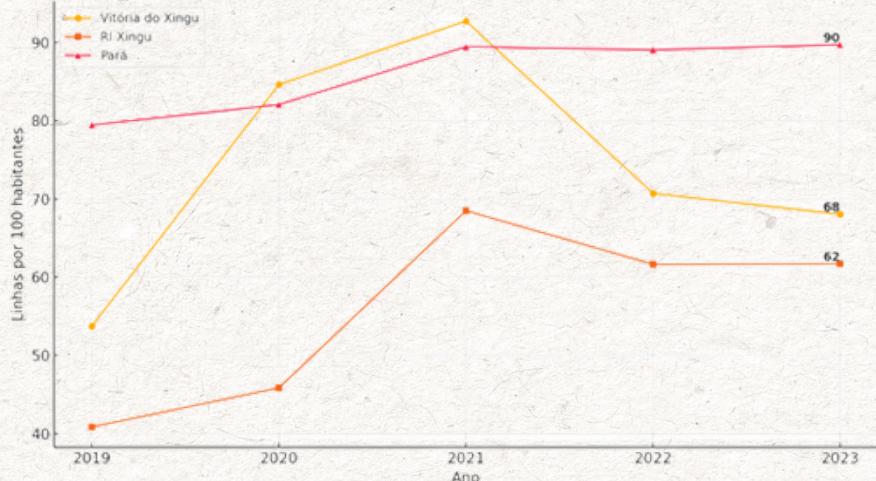
Na Região de Integração Xingu, o acesso também cresceu entre 2019 e 2021, saindo de 40,6 para 68,7 linhas por 100 habitantes. Entretanto, assim como no município, o indicador caiu nos anos seguintes, estabilizando-se em 62,2 em 2023. A semelhança do padrão aponta para fatores regionais compartilhados que afetam a manutenção e expansão do acesso móvel, como limitações de cobertura em áreas remotas, dificuldades econômicas para manutenção de planos ativos ou mudanças nas metodologias de registro (Gráfico 20).





No estado do Pará, o indicador se manteve em patamares mais elevados e com maior estabilidade. Iniciando com 79,7 linhas por 100 habitantes em 2019, o estado atingiu 90 em 2023, após uma leve queda apenas em 2022. Essa consistência sugere que, em nível estadual, houve investimentos mais sólidos em infraestrutura e inclusão digital, refletindo maior resiliência do mercado de telecomunicações e maior acesso da população aos serviços de telefonia móvel, mesmo diante de adversidades econômicas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Vitória do Xingu apresentou um padrão de altos investimentos per capita com cultura e gestão ambiental até 2022, partindo de R\$ 186 por habitante em 2019 e atingindo um pico de R\$ 300 em 2021. Essa trajetória demonstra prioridade dada ao setor nesse período, o que pode ter refletido projetos ambientais vinculados à compensações de grandes empreendimentos ou programas culturais locais. No entanto, em 2023, o indicador colapsa para R\$ 0, indicando ausência total de alocação de recursos públicos na área, o que pode sinalizar descontinuidade política, esgotamento de fontes de financiamento ou mudanças no

foco da gestão municipal (Gráfico 21).

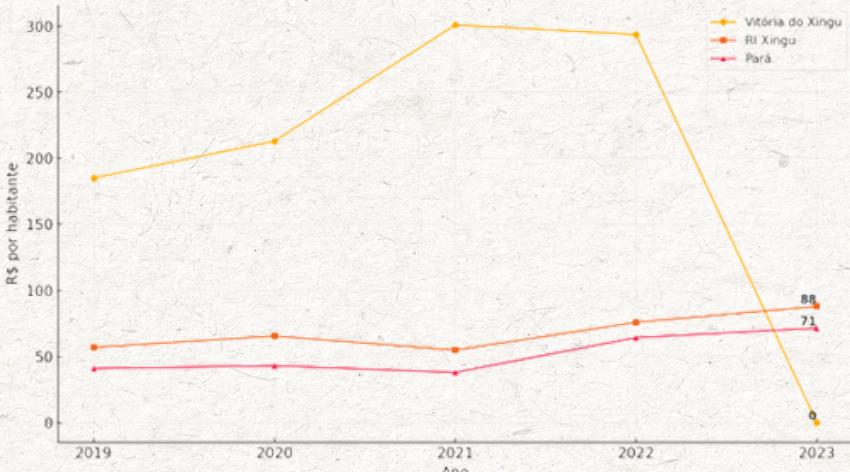
Na Região de Integração Xingu, os investimentos per capita com cultura e meio ambiente foram mais estáveis, crescendo de R\$ 57 em 2019 para R\$ 88 em 2023. Apesar de oscilações intermediárias, o padrão regional revela um comprometimento crescente com essas áreas, ainda que em valores inferiores aos observados anteriormente em Vitória do Xingu. Esse aumento pode indicar amadurecimento das políticas públicas culturais e ambientais na RI, bem como a consolidação de programas regionais integrados (Gráfico 21).

No estado do Pará, a despesa per capita iniciou em R\$ 41 em 2019 e chegou a R\$ 71 em 2023, após pequenas quedas em 2021. O crescimento contínuo nos últimos dois anos evidencia uma recuperação do investimento público estadual em cultura e meio ambiente, possivelmente impulsionado por políticas de fomento à cultura regional, conservação ambiental e valorização da biodiversidade amazônica. Embora os valores ainda sejam limitados frente às necessidades, a tendência é positiva e sinaliza retomada de prioridades ambientais e culturais na esfera estadual (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

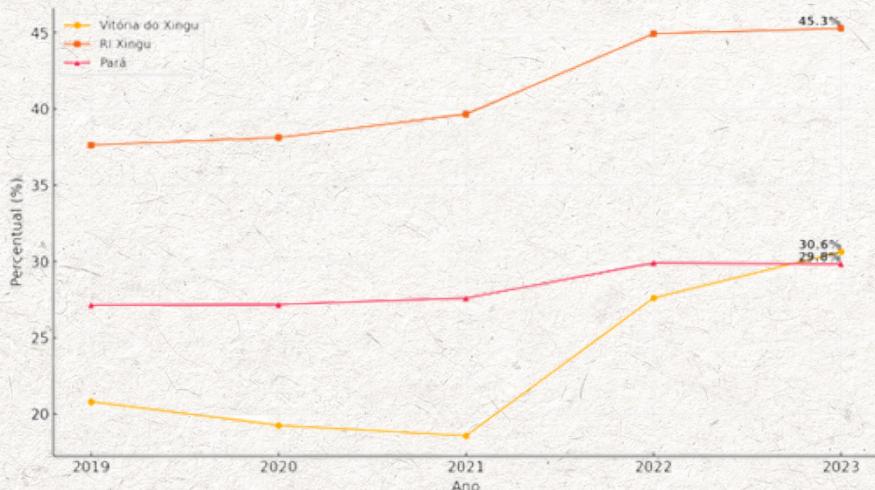
Em Vitória do Xingu, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo apresentou uma tendência crescente ao longo do período analisado. Em 2019, esse percentual era de 20,9%, caindo levemente nos anos seguintes até atingir 18,6% em 2021. No entanto, a partir de 2022 houve uma forte alta, alcançando 27,7% e posteriormente 30,6% em 2023. Esse crescimento acentuado pode estar associado à precarização dos serviços públicos de coleta de resíduos ou à expansão de áreas urbanas e rurais informais sem cobertura adequada (Gráfico 22).

Na Região de Integração Xingu, o indicador foi mais elevado durante todo o período e apresentou crescimento constante. Em 2019, o percentual já era de 37,6% e atingiu 45,3% em 2023. Essa trajetória revela a persistência de práticas inadequadas de destinação de resíduos entre a população de baixa renda, possivelmente agravadas por deficiências estruturais de saneamento básico e ausência de políticas públicas regionais eficazes voltadas à universalização da coleta domiciliar regular (Gráfico 22).

O estado do Pará manteve uma trajetória mais estável,

com crescimento mais lento do indicador. Em 2019, o percentual era de 27,1%, chegando a 29,8% em 2023. Apesar de não apresentar variações abruptas, o fato de quase um terço da população de baixa renda ainda recorrer a métodos inadequados de descarte de lixo aponta para desafios estruturais na gestão dos resíduos sólidos. Isso destaca a necessidade de ampliação da infraestrutura e de ações educativas voltadas à população mais vulnerável (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Vitória do Xingu, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar cresceu expressivamente ao longo do período analisado. O indicador saltou de 46,5% em 2019 para 83,2% em 2023, revelando uma deterioração significativa nas condições de saneamento básico entre os mais vulneráveis. Esse aumento pode indicar expansão de ocupações informais em áreas não atendidas pela rede de esgotamento sanitário, além da ausência de políticas públicas eficazes voltadas à universalização do saneamento em áreas periféricas (Gráfico 23).

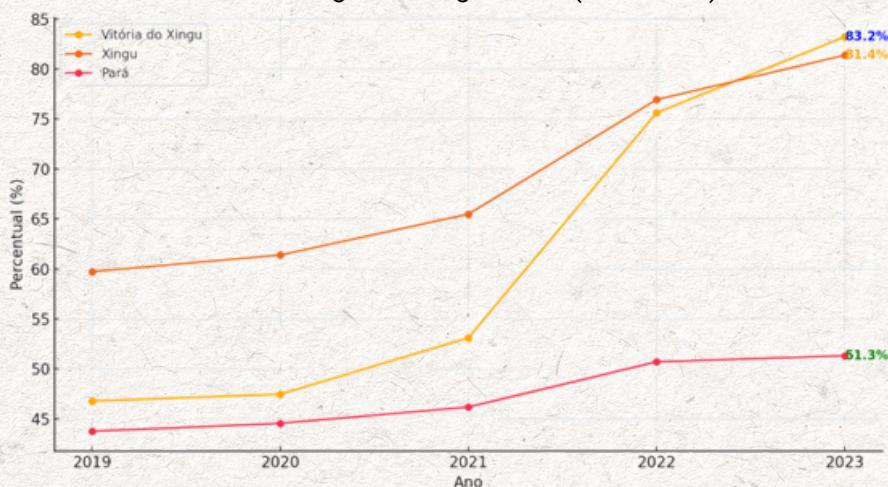
Na Região de Integração Xingu, o indicador também

apresentou crescimento contínuo, passando de 59,7% em 2019 para 81,4% em 2023. O avanço de mais de 20 pontos percentuais em cinco anos confirma a tendência regional de agravamento das condições sanitárias entre a população de baixa renda. Tal cenário aponta para uma deficiência estrutural de cobertura por sistemas adequados de esgoto, refletindo tanto limitações financeiras quanto ausência de investimentos coordenados na infraestrutura básica regional (Gráfico 23).

Em contraste, o estado do Pará apresentou uma evolução mais moderada, saindo de 43,6% em 2019 para 51,3% em

2023. Embora o percentual ainda represente metade da população de baixa renda vivendo com soluções precárias de esgotamento, o ritmo de crescimento foi significativamente inferior ao observado em Vitória do Xingu e na RI Xingu. Isso sugere que, apesar de ainda persistirem desafios no nível estadual, houve maior capacidade de controle ou mitigação do avanço de práticas inadequadas por meio de políticas de saneamento mais efetivas e abrangentes (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNCIO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



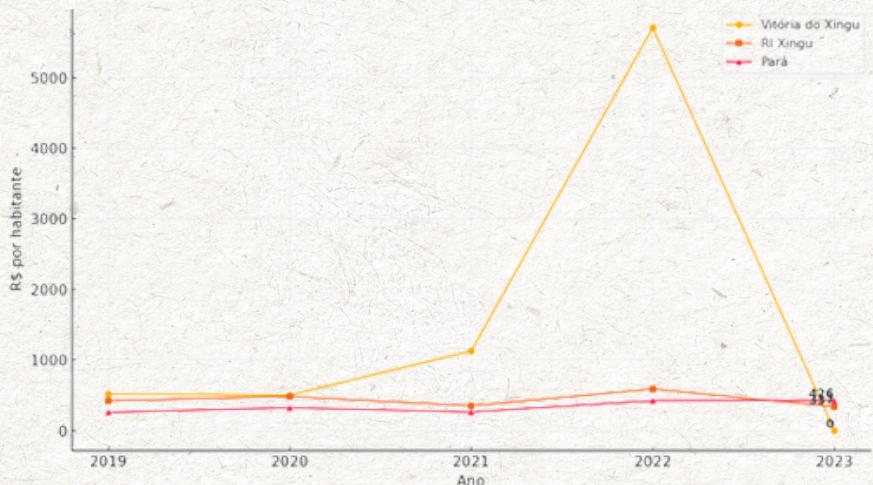
Vitória do Xingu apresentou um comportamento extremamente volátil nos gastos per capita com prevenção de desastres. O valor partiu de cerca de R\$ 521 por habitante em 2019, subiu progressivamente até alcançar um pico expressivo em 2022, com R\$ 5.706, e caiu drasticamente para R\$ 0 em 2023. Esse padrão sugere que houve alocação pontual de recursos extraordinários em 2022, possivelmente para resposta a eventos climáticos extremos ou execução de grandes projetos pontuais, sem continuidade orçamentária nos anos seguintes (Gráfico 24).

Na Região de Integração Xingu, os gastos apresentaram maior estabilidade, embora em patamares bem mais modestos. O valor iniciou em torno de R\$ 421 por habitante em 2019, com pequenas oscilações nos anos seguintes e leve aumento em 2022 (R\$ 588), encerrando em R\$ 337 em 2023. Essa trajetória revela uma política mais constante de investimentos regionais em prevenção de desastres, ainda que os valores aplicados não indiquem grandes intervenções estruturais, mas sim manutenção de ações básicas (Gráfico 24).



O estado do Pará apresentou evolução moderada, com valores entre R\$ 267 e R\$ 436 ao longo do período. O crescimento gradual até 2022, seguido de pequena retração em 2023, indica uma política estadual de prevenção relativamente estável e progressiva. Embora os valores não sejam elevados, refletem alguma priorização do tema na agenda pública estadual, o que é relevante diante dos riscos hidrológicos e climáticos crescentes enfrentados pela região amazônica (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Vitória do Xingu apresentou inicialmente altos investimentos em preservação aquática, com R\$ 511 por habitante em 2019 e pico de R\$ 595 em 2020. Entretanto, os valores caíram nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 198 em 2022, antes de uma nova alta para R\$ 303 em 2023. Essa oscilação sugere alternância no foco orçamentário ou execução intermitente de projetos ambientais. Ainda assim, os valores permanecem superiores à média estadual, indicando certo grau de priorização ambiental, coerente com a relevância dos recursos hídricos na região (Gráfico 25).



Na Região de Integração Xingu, os gastos com preservação aquática foram significativamente inferiores, embora tenham aumentado ao longo do período. O valor partiu de R\$ 63 em 2019 e atingiu R\$ 143 em 2023, revelando uma trajetória de crescimento constante. Essa tendência pode representar um processo de amadurecimento institucional e orçamentário, com fortalecimento de políticas ambientais

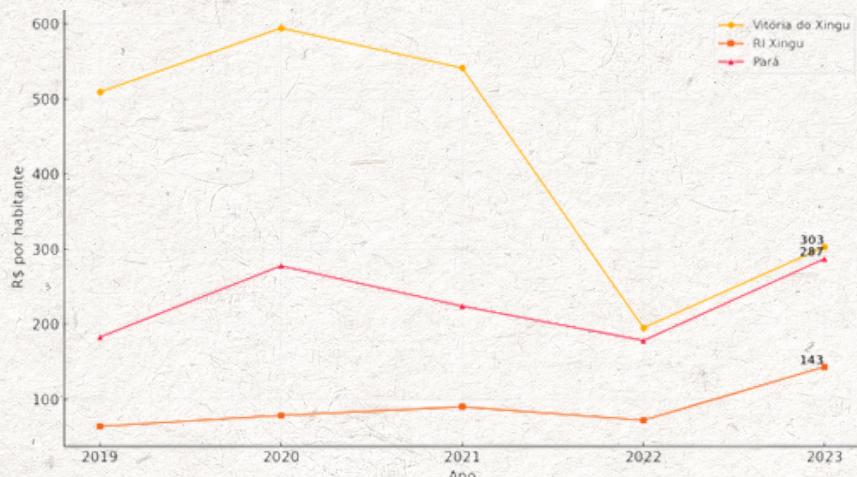
regionais em áreas historicamente negligenciadas (Gráfico 25).

O estado do Pará manteve um nível intermediário de investimentos, com valores entre R\$ 185 e R\$ 278 ao longo do período. A curva apresenta leve oscilação, com pico em 2020 e recuperação em 2023, o que pode estar associado a repasses para programas federais ou ciclos de planejamento plurianual. Os valores sugerem



atenção constante ao tema da preservação aquática, fundamental para o estado com vastas bacias hidrográficas e alta dependência de recursos hídricos para abastecimento, pesca e equilíbrio ecológico (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparéncia Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 303/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Vitória do Xingu, o percentual da área de floresta em relação à área total apresentou uma queda contínua ao longo do período analisado. O indicador passou de 31,5% em 2019 para apenas 23,5% em 2023, sinalizando uma perda significativa de cobertura florestal em apenas cinco anos. Essa redução pode estar relacionada ao avanço de atividades agropecuárias, extrativismo ilegal e expansão urbana não controlada, comprometendo ecossistemas locais e elevando os riscos socioambientais (Gráfico 26).

Na Região de Integração Xingu, a proporção de área florestal manteve-se inicialmente elevada, com 81,5% em 2019, mas apresentou forte oscilação ao longo do tempo.

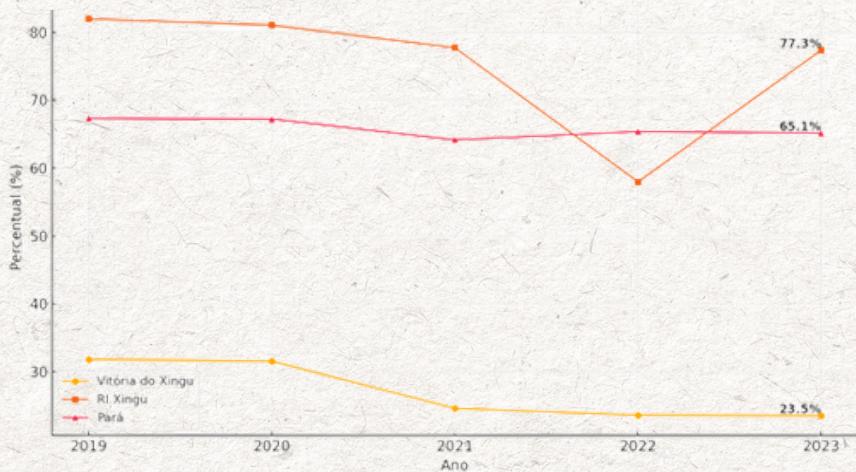
Houve uma queda acentuada em 2022, chegando a 58,4%, seguida de uma recuperação expressiva para 77,3% em 2023. Essa variação pode refletir mudanças na metodologia de monitoramento, correções em bases cartográficas ou ações concentradas de restauração e proteção ambiental,

mas também revela certa instabilidade nos processos de gestão territorial e conservação (Gráfico 26).

No estado do Pará, o indicador apresentou maior estabilidade entre 2019 e 2023, variando entre 64,7% e 67,3%. Apesar de uma pequena oscilação negativa no período intermediário, os dados apontam para uma tendência de leve recuperação nos últimos anos. Esse comportamento pode estar associado a políticas estaduais voltadas à proteção de reservas legais, combate ao desmatamento e ampliação de áreas protegidas. Ainda assim, a conservação da floresta continua sendo um desafio central diante da pressão de atividades econômicas predatórias (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Vitória do Xingu apresentou um padrão de estabilidade no percentual da área desmatada, com valores próximos de 65% ao longo de todo o período, atingindo 66,2% em 2023. Esse dado é alarmante, pois revela que mais de dois terços do território municipal já foi desmatado, configurando uma paisagem fortemente antropizada. A estabilidade sugere que o processo de desmatamento já atingiu um patamar elevado e consolidado, o que limita o potencial de recuperação florestal sem políticas de reflorestamento e uso sustentável do solo (Gráfico 27).

Na Região de Integração Xingu, o percentual de área desmatada apresentou um aumento pontual relevante em 2022, saltando de 15,1% para

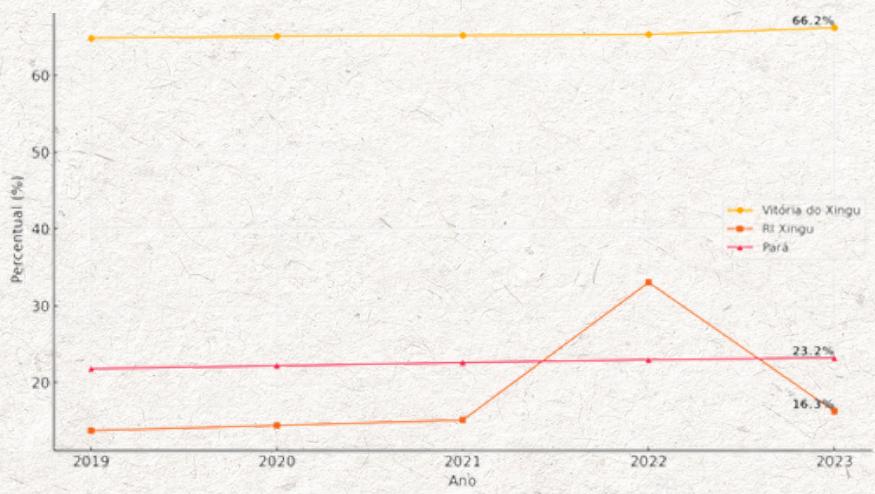
32,9%, antes de recuar para 16,3% em 2023. Esse comportamento pode refletir eventos específicos de desmatamento acelerado, como abertura de áreas para produção agropecuária ou exploração mineral, seguidos por maior fiscalização ou revisão técnica dos dados. A oscilação evidencia vulnerabilidade regional quanto ao controle e monitoramento do uso do solo (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada aumentou de forma leve e contínua entre 2019 e 2023, passando de 21,7% para 23,2%. Embora o crescimento seja moderado, ele indica a continuidade da pressão sobre os biomas locais, sobretudo a Amazônia. O avanço lento, mas persistente, aponta para a

necessidade de reforçar ações de comando e controle, além de promover alternativas econômicas sustentáveis para populações que vivem nas zonas rurais e florestais, como estratégias de bioeconomia e regularização fundiária com critérios ambientais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

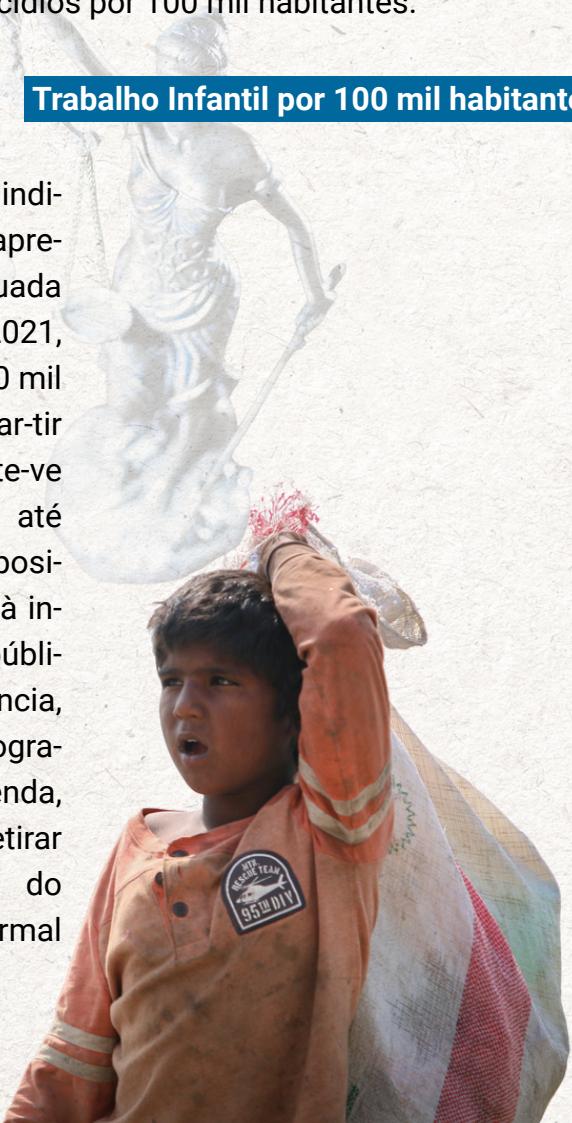
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Vitória do Xingu, o indicador de trabalho infantil apresentou uma queda acentuada e contínua entre 2019 e 2021, saindo de 20 casos por 100 mil habitantes para zero. A partir de 2021, o município manteve esse indicador zerado até 2023. Esse desempenho positivo pode estar associado à intensificação de políticas públicas de proteção à infância, ações de fiscalização e programas de transferência de renda, que contribuíram para retirar crianças e adolescentes do mercado de trabalho informal e vulnerável (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

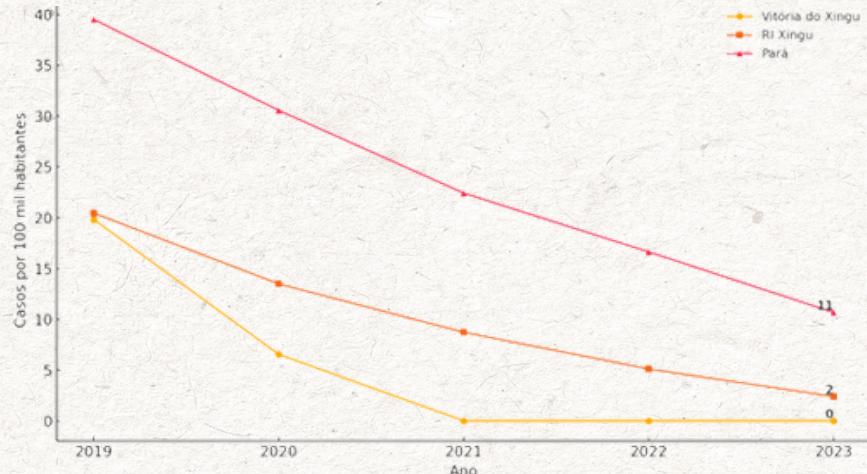


Na Região de Integração Xingu, também houve uma redução consistente no trabalho infantil, partindo de 20,4 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 2,2 em 2023. A trajetória, embora mais gradual do que no município, demonstra avanços relevantes na mitigação dessa violação de direitos, especialmente a partir de 2020. Essa evolução pode indicar a eficácia de iniciativas regionais coordenadas entre municípios, como conselhos tutelares atuantes e programas educativos com foco na permanência escolar (Gráfico 28).



No estado do Pará, o trabalho infantil apresentou a maior taxa entre os três níveis analisados, mas também seguiu uma tendência contínua de queda. Em 2019, o estado registrava cerca de 39,4 casos por 100 mil habitantes, número que caiu para 11,1 em 2023. Essa redução significativa é um indicativo de que o combate ao trabalho infantil avançou de maneira abrangente em todo o estado, embora o percentual ainda indique desafios importantes em áreas de difícil acesso ou onde há maior informalidade econômica (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Vitória do Xingu x Ri Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Vitória do Xingu, a taxa de homicídios caiu de forma expressiva ao longo do período. Em 2019, o município registrava cerca de 72 homicídios por 100 mil habitantes, índice alarmante. Esse número despencou em 2020 e se manteve estável nos dois anos seguintes, até atingir 19,1 em 2023. Essa redução pode estar ligada à intensificação de ações de segurança pública, políticas de prevenção à violência e/ou reorganização de dinâmicas criminais locais, refletindo um cenário mais controlado em termos de segurança urbana (Gráfico 29).

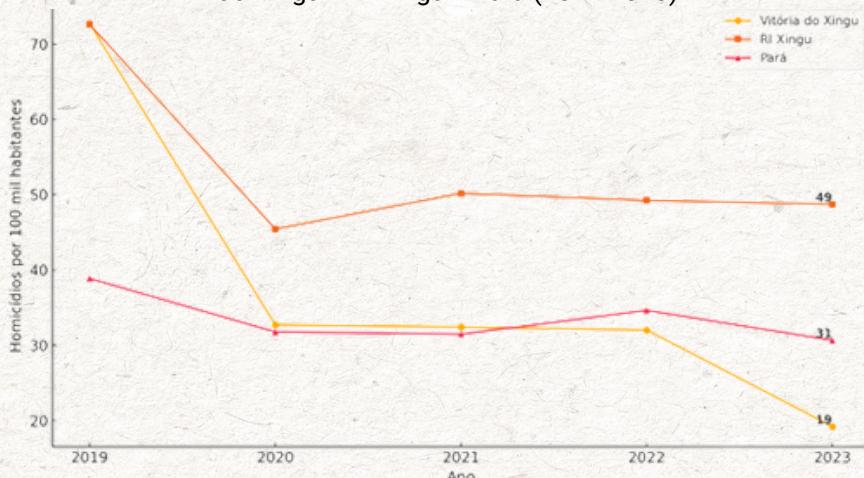
Na Região de Integração Xingu, a taxa de homicídios também caiu de 73,1 em 2019 para 45,8 em 2020, mas voltou a crescer nos anos seguintes, estabilizando-se em torno de 49 em 2023. Embora menor que os valores iniciais, a persistência de uma taxa elevada indica que os desafios relacionados à violência letal ainda são consideráveis, especialmente em áreas urbanas vulneráveis da região. Fatores como conflitos fundiários, tráfico de drogas e deficiências estruturais no aparato de segurança podem estar entre os vetores de instabilidade (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios caiu de 39,1 em 2019 para 30,7 em 2023, com leve oscilação entre 2021 e 2022. A tendência geral de queda reflete os esforços estaduais em ampliar o policiamento, melhorar os sistemas de inteligência e investir em políticas de prevenção à violência. No entanto, a manutenção do indicador acima da média nacional indica que o problema da violência letal continua sendo um dos principais desafios da segurança pública no estado, exigindo ações estruturantes e intersetoriais (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2021, Vitória do Xingu apresentou um crescimento progressivo nos gastos públicos municipais em relação ao PIB, saindo de 3,0% em 2018 para 6,7% em 2021. Essa elevação pode indicar uma ampliação da capacidade de investimento público local, maior arrecadação relativa ou aumento da dependência de transferências intergovernamentais. No entanto, em 2022, o indicador caiu abruptamente para 0%, o que pode apontar inconsistência nos dados declarados, ausência de execução orçamentária informada ou outra anomalia estatística relevante a ser investigada (Gráfico 30).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi mais dinâmico e ascendente, com elevação contínua de 9,3% em 2018 para o pico de 15,7% em 2021, seguido de uma leve retração para 13,3% em 2022. Esse crescimento sustentado revela uma tendência de fortalecimento da presença do setor público na economia regional, possivelmente por meio de expansão de serviços públicos, obras de infraestrutura e aumento nos gastos sociais, acompanhando o ritmo de crescimento ou reconfiguração do PIB regional (Gráfico 30).

No estado do Pará, o indicador manteve-se relativamente estável nos primeiros anos,

com leve oscilação entre 10,8% e 10,4% entre 2018 e 2020, mas apresentou crescimento mais acentuado nos dois anos seguintes, atingindo 13,0% em 2022. Essa trajetória aponta para uma intensificação dos investimentos e despesas públicas em âmbito estadual, possivelmente impulsionada por programas estratégicos, repasses federais vinculados à pandemia e expansão da receita pública. A tendência final positiva sugere maior protagonismo fiscal do Estado no desenvolvimento regional (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

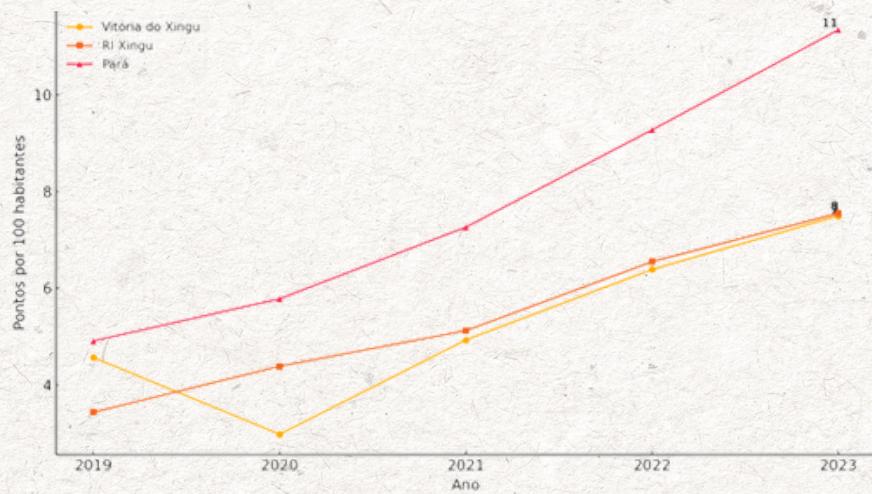
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Vitória do Xingu apresentou uma trajetória de crescimento após uma queda inicial. Em 2019, o município possuía 4,6 pontos de acesso por 100 habitantes, mas esse número caiu para 3,0 em 2020. A partir de 2021, observa-se uma recuperação contínua e significativa, chegando a 7,6 pontos em 2023. Esse crescimento recente pode refletir investimentos em infraestrutura digital e expansão dos serviços de telecomunicação, especialmente após os impactos da pandemia que evidenciaram a necessidade de conectividade (Gráfico 31).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento também foi ascendente, com a taxa de acesso passando de 3,5 pontos em 2019 para 7,9 em 2023. O aumento gradual e constante ao longo dos anos evidencia um processo de consolidação da infraestrutura de banda larga na região, acompanhando as transformações tecnológicas e as demandas crescentes por conectividade para fins educacionais, produtivos e administrativos. Embora o ritmo seja moderado, a evolução demonstra avanços consistentes (Gráfico 31).

No estado do Pará, o crescimento da taxa de acesso foi ainda mais expressivo, partin-

do de 4,9 pontos em 2019 e atingindo 11,0 em 2023. Esse avanço indica que a média estadual tem sido puxada por municípios com maior densidade populacional e concentração urbana, que tendem a atrair maior investimento privado e público em conectividade. Apesar da melhoria em Vitória do Xingu e na RI Xingu, a diferença para a média estadual revela ainda desigualdades territoriais no acesso à internet de qualidade, sugerindo a necessidade de políticas públicas direcionadas à universalização da banda larga em áreas menos favorecidas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

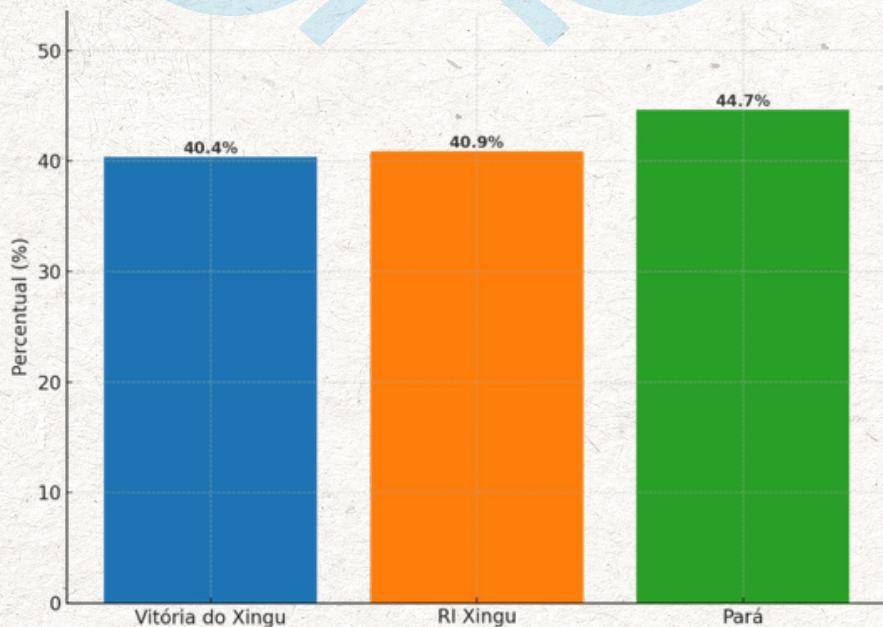
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Vitória do Xingu** registrou um IDS de **40,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Vitória do Xingu x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



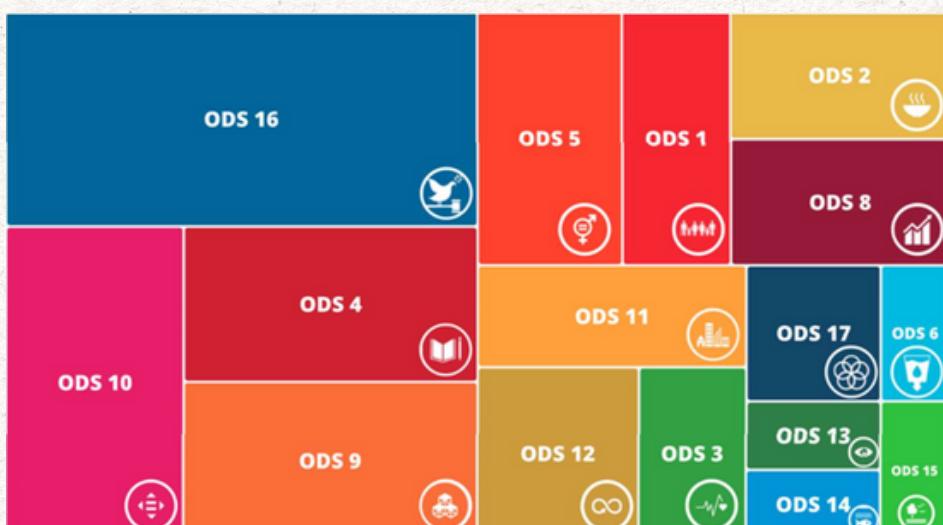
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Vitória do Xingu na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Vitória do Xingu e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

